



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 375, DE 2005

Estabelece normas gerais de organização, funcionamento e avaliação da educação superior e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de organização, estrutura, funcionamento e avaliação da educação superior, dispõe sobre o Sistema Federal de Educação Superior e o Plano Nacional de Educação Superior e dá outras providências.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei as instituições de educação superior de qualquer natureza jurídica, que se dediquem a atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Seção I

Disposições Gerais

Art. 2º A educação superior é um bem público que cumpre função social quanto à indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão.

§ 1º Sem prejuízo das atividades discriminadas no caput deste artigo, a educação superior deve incluir atividades culturais e esportivas para toda a comunidade acadêmica.

§ 2º A liberdade de ensino à iniciativa privada será exercida nos limites da função social da educação superior.

Art. 3º A educação superior deve atender aos seguintes objetivos:

I - formar profissionais em padrões elevados de qualidade;

II - prover qualificação profissional em consonância com as necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico nacional ou regional;

III - promover a integração das instituições de educação superior com a sociedade, em especial com as populações de seu entorno ou área de influência, por meio da oferta de acesso aos bens culturais e tecnológicos;

IV - implementar políticas e programas públicos de investimento em ensino, pesquisa e formação de professores e pesquisadores, voltados para a redução de desigualdades regionais.

Art. 4º Sem prejuízo das finalidades estabelecidas no art. 43 da Lei nº 9.394, de 1996, a educação superior deve pautar-se pelos seguintes preceitos:

I - garantia de atualidade e qualidade do saber;

II - compromisso com a solução de problemas da realidade;

III - estímulo permanente à criatividade e à inovação;

IV - oferta de formação flexível, para fins de adaptação às transformações do mundo do trabalho, especialmente as de natureza tecnológica;

V - aproveitamento de estudos realizados em outras instituições ou por meio de tecnologia da informação e comunicações;

VI - responsabilidade social das instituições.

Parágrafo Único. A responsabilidade social implica, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis às instituições de educação superior, a observância dos seguintes princípios:

I - compromisso com a liberdade acadêmica, mediante a garantia de livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;

II - colaboração no atendimento de políticas públicas nas áreas de ensino, avaliação educacional e pesquisa, saúde, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável e inclusão social;

III - gestão das atividades acadêmicas pautada pela cooperação das categorias integrantes da comunidade, quando couber;

IV - participação da sociedade civil;

V - promoção da diversidade e da identidade cultural, ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais;

VI - articulação permanente com a educação básica.

Art. 5º A educação superior compreende:

I - cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, devidamente classificados em processo ou concurso seletivo;

II - programas de pós-graduação, compreendendo os cursos de mestrado, doutorado e especialização, autorizados ou credenciados e em funcionamento regular, abertos a candidatos graduados que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior;

III - programas e atividades de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior;

IV - programas de formação continuada, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior, especialmente:

a) cursos de estudos superiores, posteriores ao ensino médio ou equivalente, que não configurem graduação;

b) cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência;

c) cursos de aperfeiçoamento, atualização e de treinamento, destinados a profissionais graduados, especialmente em áreas sujeitas a rápida obsolescência e à renovação de estudos.

§ 1º A realização de estudos superiores será comprovada mediante a concessão de:

I - diploma, com validade nacional, aos concluintes de cursos de graduação, mestrado ou doutorado;

II - certificado, aos concluintes de cursos de especialização, programas de extensão ou de formação continuada.

§ 2º A duração de cursos de graduação deve ser estabelecida em razão da formação oferecida, admitida, no âmbito desses cursos, a certificação parcial ou intermediária, em prazo não inferior a dois anos, para fins específicos de exercício profissional ou estudos acadêmicos.

Seção II

Das Instituições de Educação Superior

Art. 6º As instituições de educação superior poderão adotar a organização acadêmica de:

I - universidades;

II - universidades técnicas;

III - centros universitários;

IV - institutos superiores de educação;

V - faculdades.

§ 1º As denominações do caput deste artigo são privativas das instituições de educação superior, na forma dos respectivos atos instituidores e de credenciamento, e dependem, ainda, do cumprimento dos requisitos estabelecidos para cada tipo de organização acadêmica.

§ 2º Classificam-se como universidades as instituições de educação superior que atendam, além do previsto no artigo 52 da Lei 9394/96, os seguintes requisitos mínimos:

I - Atividades de ensino que contemplem, nos termos do art. 44 da Lei 9.394, de 1996, programa de mestrado em funcionamento regular e avaliados positivamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

II - Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 3º - As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

§ 4º Quando voltadas para a formação de profissionais de carreiras tecnológicas ou de outros campos específicos do saber, as universidades, centros universitários e faculdades poderão referir essa peculiaridade na respectiva denominação.

§ 5º Aplicam-se aos Centros Universitários:

I - as disposições dos art. 52, caput, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, admitida a parcela de um quinto do corpo docente em regime de dedicação integral;

II - as competências de autonomia previstas no art. 53 da Lei nº 9.394, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ressalvada a criação, organização e extinção de cursos.

Art. 7º As instituições de educação superior, especialmente as universidades, poderão adotar estrutura que contemple, ao lado dos departamentos, unidades acadêmicas de estudos multidisciplinares ou temáticos e centros especializados no desenvolvimento de atividades culturais e esportivas para a comunidade acadêmica.

§ 1º A estrutura prevista no caput deste artigo deve ser complementada por canais de conexão da educação superior com a realidade social e de produção do conhecimento, instituídos sob a forma de:

I - núcleos de extensão, para o exercício de atividades acadêmicas complementares à formação dos estudantes;

II - pólos de reflexão, destinados à discussão e divulgação de assuntos de interesse geral;

III - centros de formação permanente, para a atualização permanente e continuada de estudantes egressos;

IV - centros de educação a distância, destinados à complementação de estudos de graduação presenciais e à oferta de formação integral, especialmente para o atendimento de situações definidas como emergenciais ou temporárias.

§ 2º A adoção da estrutura prevista no *caput* será considerada positivamente na avaliação das instituições de educação superior.

Seção III

Da Qualidade

Art. 8º As instituições de educação superior deverão submeter-se, periódica e sistematicamente, à avaliação de qualidade, à aferição de desenvolvimento e compromisso social, a ser realizada pelo Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (Inep/MEC).

Parágrafo único. O sistema que vier a ser instituído, com a finalidade prevista no *caput* deste artigo, deverá avaliar a capacidade institucional, o processo de produção do conhecimento, o processo de ensino-aprendizagem e a responsabilidade social das instituições de educação superior e, ainda, assegurar:

- I - o caráter público de todos os procedimentos avaliativos;
- II - o respeito à identidade e à diversidade de cursos e instituições;
- III - a participação dos integrantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil, por meio de suas representações;
- IV - a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e responsabilidade social dos cursos e instituições;
- V - a efetividade da implantação da estrutura prevista no *caput* do art. 7º.

Seção IV

Do Financiamento

Art. 9º Os recursos federais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino serão aplicados na educação superior pública.

Parágrafo único: A definição de prioridade no repasse desses recursos ficará vinculada ao resultado da avaliação de qualidade.

Art. 10. A despesa com servidores inativos e pensionistas das instituições federais de educação superior, sem prejuízo dos proventos e direitos específicos, correrão à conta do Tesouro Nacional, mediante a alocação de recursos que não os vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA FEDERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Seção I

Disposições Gerais

Art. 11. O Sistema Federal de Educação Superior (SIFES) compreende as instituições de educação superior federais e privadas, as entidades e os órgãos de caráter normativo, administrativo e de apoio técnico existentes no âmbito da União.

§ 1º O SIFES tem como órgão normativo o Conselho Nacional de Educação (CNE), na forma da lei, e como órgão executivo o Ministério da Educação.

Art. 12. Com a finalidade de universalizar as oportunidades de acesso à educação superior e de contribuir para a redução de desigualdades sociais e regionais, o SIFES tem como diretrizes:

I - o planejamento e a coordenação de políticas públicas em educação superior;

II - a democratização da gestão das políticas públicas em educação superior;

III - a participação da sociedade civil;

IV - a colaboração entre os órgãos e entidades da administração pública federal, em especial com as entidades de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica;

V - a cooperação com os sistemas de educação superior dos Estados;

VI - a articulação com os demais sistemas de ensino e com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País;

VII - a promoção da qualidade da educação superior, pela valorização do processo de avaliação institucional;

VIII - a garantia de condições dignas de trabalho aos professores, pesquisadores e servidores das instituições integrantes do sistema.

Seção II

Das Instituições Federais de Educação Superior

Art. 14. As instituições federais de educação superior podem adotar qualquer organização acadêmica prevista no art. 6º desta Lei.

Art. 15. As universidades federais são pessoas jurídicas de direito público, mantidas pela União, criadas ou com instituição autorizada por lei, com a natureza jurídica autárquica, dotadas das prerrogativas inerentes à autonomia universitária.

Parágrafo único: As universidades federais regem-se por regime jurídico próprio, na forma estabelecida pela Constituição e por esta Lei, pela lei de sua criação ou de autorização de sua instituição, e pelos respectivos Estatutos, aprovados por colegiado superior interno e homologados pelo Ministério da Educação.

Seção

Do Ingresso na Educação Superior

Art. 16. As instituições de educação superior utilizarão, para ingresso aos seus cursos de graduação, os resultados de exames seriados de avaliação de desempenho escolar básico, combinados com outras formas de aferição da capacidade de prosseguimento de estudos em nível superior.

Seção
Dos Docentes

Art. 17. Para fins de seleção de docentes, as instituições federais de educação superior poderão utilizar os resultados de exame nacional de recrutamento que vier a ser instituído com o fim de avaliar a qualificação de (futuros) profissionais do magistério superior.

Art. 18. Os integrantes da carreira do magistério superior sujeitam-se a avaliação de desempenho, que deve incluir, entre outros aspectos, a aferição da aprendizagem dos alunos, a atualização profissional e a produção acadêmica dos docentes.

Art. 19. São finalidades das instituições federais de educação superior:

I - gerar, transmitir e disseminar o conhecimento, em padrões elevados de qualidade e equidade;

II - formar profissionais nos diferentes campos do saber;

III - valorizar o ser humano, a cultura e os saberes;

IV - promover a formação humanista do cidadão e desenvolver a capacidade crítica do estudante frente à sociedade e ao Estado;

V - promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural;

VI - difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia;

VII - estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação do mundo da vida e do trabalho;

VIII - educar para a conservação e a preservação da natureza;

IX - propiciar condições para a transformação da realidade visando à justiça social e ao desenvolvimento sustentável;

X - estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas do mundo contemporâneo.

Art. 20. Observado o disposto no art. 16 desta Lei, são asseguradas à universidade federal, para garantir o exercício da autonomia administrativa, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, as prerrogativas de:

I - organizar-se internamente da forma mais conveniente e compatível com sua peculiaridade, estabelecendo suas instâncias decisórias;

II - estabelecer a política geral de administração da instituição;

III - elaborar e reformar seus estatutos e regimentos;

IV - escolher seus dirigentes, na forma de seu estatuto;

V - remunerar serviços extraordinários e atividades especiais, conforme definição do conselho superior da instituição;

VI - admitir, nomear, promover, demitir e exonerar pessoal, desde que o ingresso realize-se mediante concurso público de provas e títulos;

VII - organizar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VIII - autorizar o afastamento de seu pessoal para qualificação e atualização e para participação em atividades científicas, tecnológicas, artísticas, culturais e de representação;

IX - estabelecer normas e exercer o poder disciplinar relativamente ao seu quadro de pessoal e ao corpo discente;

X - firmar contratos, acordos e convênios.

Art. 21. Os estatutos das universidades federais deverão estabelecer o processo de escolha de dirigentes máximos, reitor e vice-reitor, mediante eleição direta pela comunidade universitária.

Parágrafo único. O colegiado superior da instituição regulamentará o processo eleitoral, com observância dos seguintes preceitos:

I - a votação dos integrantes da comunidade universitária será uninominal e secreta;

II - a eleição do Reitor importará a do Vice-Reitor com ele registrado;

III - o resultado eleitoral será calculado, entre os montantes de votos válidos dos corpos docente, discente e dos servidores, respeitada a ponderação estabelecida no estatuto.

Art. 22. É assegurada à universidade federal, para garantir o exercício da autonomia de gestão financeira e patrimonial, sem prejuízo de outras ações que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I - propor e executar seu orçamento, em conformidade com os limites estabelecidos pela União;

II - remanejar os recursos oriundos da União e as receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, entre rubricas, programas ou categorias de despesa;

III - gerir seu patrimônio;

IV - receber doações, heranças e legados e estabelecer cooperação financeira com entidades privadas;

V - receber subvenções e estabelecer cooperação financeira com entidades públicas;

Parágrafo único. A universidade federal publicará anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas.

Seção III

Das Instituições Privadas de Educação Superior

Art. 23. As entidades privadas mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 62 do Código Civil Brasileiro.

Art. 24. As entidades mantenedoras poderão instituir instâncias decisórias distintas para a gestão econômico-financeira e acadêmica das instituições de ensino superior, exigida em relação a esta última, a presença de representantes dos corpos docente e discente.

Parágrafo único. O atendimento do disposto no caput será considerado positivamente na avaliação das instituições de educação superior.

Art. 25 Sem prejuízo do preço da anuidade cobrada, as mantenedoras de instituições privadas poderão incentivar a participação dos alunos nos negócios da entidade, mediante a conversão de percentual das mensalidades em cotas do respectivo capital social.

Seção IV

Da Regulação do Sistema Federal da Educação Superior

Art. 26 As instituições federais de educação superior serão criadas ou terão sua instituição autorizada por lei específica.

Art. 27. As faculdades privadas, com oferta regular de pelo menos um curso de graduação no início de suas atividades, sujeitam-se à autorização de funcionamento e prévia avaliação das condições de ensino.

Parágrafo único. Duas ou mais faculdades credenciadas que mantenham cursos de graduação em campos do saber distintos podem articular suas atividades mediante regimento comum e direção unificada.

Art. 28. A avaliação positiva pelo Ministério da Educação na totalidade de cursos de graduação de universidades e centros universitários constitui pré-requisito indispensável à obtenção ou à manutenção de credenciamento.

Art. 29 O credenciamento de instituições integrantes do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, deve respeitar o período mínimo de três anos, contados a partir do ato de autorização prévia para a oferta de cursos superiores.

§ 1º No decorrer do período de autorização prévia para oferta de cursos superiores, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedoras, serão submetidas aos processos de supervisão, verificação e regulação.

§ 2º Decorrido o período definido no *caput*, as instituições de educação superior, e mantenedoras, que obtiverem resultados satisfatórios nos processos de avaliação para fins de verificação e supervisão, poderão obter credenciamento pelo prazo máximo de cinco anos.

Art. 30 O credenciamento de instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, será concedido pelo prazo máximo de dez anos para universidades e de cinco anos para as demais entidades, nos termos de ato específico do Poder Executivo.

§ 1º O credenciamento dependerá da obtenção de resultados satisfatórios nos processos de avaliação institucional, de cursos e de desempenho discente, nos termos da Lei, bem como do atendimento aos critérios definidos pelo órgão de supervisão e regulação.

§ 2º Indeferido o credenciamento ou recredenciamento, o Ministério da Educação regulará as relações jurídicas pendentes, bem como estabelecerá as providências a serem adotadas pela instituição de educação superior, no sentido de salvaguardar os direitos dos estudantes, professores e demais servidores.

Art. 31 A alteração da organização acadêmica das instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior dependerá de ato autorizativo do Ministério da Educação, respeitado o período mínimo de três anos do regime acadêmico anterior e comprovada a obtenção de resultados satisfatórios nos processos de avaliação institucional e de cursos, nos termos da Lei.

Art. 32 A autorização para funcionamento de instituição privada de educação superior, bem como de sua entidade mantenedora, mediante credenciamento ou recredenciamento, é de competência do Conselho Nacional de Educação.

Art. 33 Depois de autorizadas a funcionar, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedoras, deverão ser periodicamente recredenciadas, segundo critérios e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação, e mediante processo permanente de avaliação de qualidade, na forma da Lei.

§ 1º Todas as instituições de educação superior serão submetidas a procedimento de avaliação para fins de credenciamento ou recredenciamento, inclusive as instituições criadas anteriormente à vigência da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 2º As instituições de educação superior que, por qualquer forma de acordo, contrato, ajuste ou convênio, tácito ou expresso, utilizem a mesma logomarca, serão consideradas conjuntamente no processo avaliativo.

Art. 34 A instituição de educação superior que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados em estatuto poderá ter o credenciamento revogado a qualquer tempo, mediante processo em que se assegure o contraditório e a ampla defesa.

Art. 35 A qualidade de ensino nas instituições de educação superior, públicas e privadas, constitui condição indispensável para ingresso e permanência no Sistema Federal de Educação Superior.

CAPÍTULO III

DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 36 O Plano Nacional de Educação Superior visa a dar efetividade às políticas para a educação superior concebidas no âmbito do Plano Nacional de Educação, articulando e integrando ações do poder público com vistas a:

- I - democratizar o acesso à educação superior;
- II - melhorar a qualidade da educação superior;
- III - induzir a melhoria da qualidade da educação básica;
- IV - acelerar o desenvolvimento humanístico, científico e tecnológico do

País;

V - fornecer subsídios ao processo de credenciamento de instituições e cursos, indicando áreas saturadas e outras que representem carências regionais;

VI - identificar demandas regionais em matéria de educação superior, estimulando o seu atendimento, via aquisição de vagas, preferencialmente em instituições públicas.

Seção I

Da Expansão da Educação Superior Pública

Art. 37 A expansão da educação superior pública dar-se-á, prioritariamente, pelos seguintes meios:

I - ampliação da rede pública de instituições de educação superior, pela criação de universidades, centros universitários, faculdades, institutos de educação e centros de educação tecnológica;

II - aumento da oferta de vagas nas instituições existentes, por meio da maximização da oferta noturna;

III - consolidação da educação a distância, como opção de oferta vagas em cursos de graduação e pós-graduação;

IV - autorização de funcionamento de *campi* temporários para o atendimento demandas locais, em regiões não atendidas por instituições de educação superior.

Seção II

Das Políticas e Ações Afirmativas Públicas

Art. 38 As instituições federais de educação superior deverão elaborar e implantar programas de ações afirmativas de promoção igualitária e inclusão social.

Art. 39 As instituições federais de educação superior reservarão, a título geral, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, parcela de trinta por cento a cinquenta por cento de suas vagas, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. A aplicação da regra do caput não dispensa a realização de processo seletivo para aferição de mérito e capacidade de prosseguimento de estudos em nível superior.

Art. 40 Em cada instituição federal de educação superior, as vagas de que trata o art. 39 serão preenchidas por proporção mínima de candidatos autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento segundo os critérios do caput, as vagas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 41 No prazo máximo de dez anos, as instituições federais de educação superior deverão, progressivamente, haver alcançado o atendimento pleno dos critérios de proporção estabelecidos nos arts. desta Lei, em todos e em cada um de seus cursos de graduação, segundo etapas fixadas em cronograma constante de programa de ação afirmativa promovido pela instituição com esse objetivo específico.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, as instituições federais de educação superior poderão estabelecer diferencial máximo aceitável entre o desempenho dos candidatos beneficiados pelo programa de ação afirmativa e dos demais candidatos a ingresso pelo sistema geral, tal como apurado no processo seletivo adotado pela instituição para acesso aos seus cursos de graduação.

Art. 42 A implantação das ações afirmativas previstas no art. desta Lei deverá ser articulada com ações concomitantes de melhoria da qualidade e de universalização da educação básica, sem prejuízo do aperfeiçoamento dos mecanismos de seleção para ingresso na educação superior pública.

Seção III

Do Apoio ao Estudante

Art. 43 Fica instituído o Programa de Apoio ao Estudante do Ensino Superior (PAE), destinado à concessão de bolsas a estudantes brasileiros de cursos de educação superior, objetivando, especialmente:

- I - ampliar o acesso de estudantes carentes à educação superior;
- II - estimular a formação de mão-de-obra especializada nos segmentos em que sua oferta, nacional ou regional, não atender à demanda;
- III - imprimir efetividade à extensão em áreas socialmente mais relevantes;
- IV - incentivar o serviço voluntário.

Parágrafo único. A participação no PAE fica condicionada à prestação de serviço voluntário nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, conforme regulamentação do Ministério da Educação (MEC).

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44 A abertura e o funcionamento de universidades e cursos livres, instituídos com o fim de ministrar e produzir conhecimentos, sem apoio financeiro público, independem de autorização e reconhecimento do Poder Público.

Parágrafo único. Os títulos conferidos em face da conclusão de estudos realizados em instituições e cursos livres não gozam de reconhecimento público, condição que deve ser informada aos usuários.

Art. 45 Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Aberta do Brasil (UNAB), com a natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, para desenvolver cursos e programas de educação a distância, em articulação com as instituições públicas de educação superior do País.

§ 1º A Unab terá sede e foro na cidade de Brasília (DF) e organizar-se-á, preferencialmente, em redes regionais, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de educação.

§ 2º Os estatutos da Unab serão aprovados por decreto do Presidente da República.

§ 3º Incluem-se entre os fins da Unab o fomento e o desenvolvimento de cursos e programas de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, pesquisa e extensão.

§ 4º Para o atendimento de seus objetivos e resguardado o interesse público, a Unab poderá celebrar convênios e acordos com instituições privadas.

Art. 46. Ficam revogados: o art. 16 da Lei nº 9.192, de 1995, o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 1996, o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leilão 7.

JUSTIFICAÇÃO

Um Projeto de reforma da universidade

1. O papel da universidade

O presente Projeto de Lei parte da revisão do papel que deve ter a universidade. Desde seu início, a universidade brasileira é vista com tendo por finalidade promover os alunos que nela estudam. Mesmo agora, quando o governo democrático e popular, liderado pelo presidente Lula e pelo PT, fala em universidade, não o faz partindo da ótica do povo e do Brasil, mas sim da ótica dos alunos e dos professores. A primeira reforma da universidade é definir-lhe um papel novo.

Parte a reforma oficial da idéia de que o papel da universidade é promover socialmente os seus alunos, tirar alguns da pobreza, e não lutar para que o Brasil seja capaz de ajudar todo o povo a completar sua abolição, eliminando a tragédia da pobreza. Não se diz que o papel da universidade é criar a massa crítica de profissionais e intelectuais de nível superior de que o Brasil precisa para responder aos seus problemas, desestancar sua revolução, consolidar sua democracia, promover um desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável.

O papel da universidade brasileira tem sido o de escada social para indivíduos que já fazem parte da parcela rica. A reforma agora quer permitir que alguns pobres também usem essa escada. Como se, no lugar de uma reforma, bastasse fazer uma universidade um pouco generosa para receber em seus cursos uns quantos pobres que tenham sobrevivido à mortalidade infantil, à desnutrição, ao analfabetismo, ao abandono escolar antes de concluir a 4ª ou a 8ª série do Ensino Fundamental, ou o Ensino Médio, à péssima qualidade de suas escolas, à falta de cursinho, ao filtro do vestibular e que, por genialidade pessoal, agora podem ser promovidos ao título universitário e usar esse título para o enriquecimento pessoal, longe do contato com a realidade da qual eles se originaram.

Critica-se o elitismo e fala-se que a universidade deve ser reformada para receber alunos de camadas carentes da população. Nesse raciocínio está implícita a visão privatista de que a universidade pertence à sua comunidade, e não ao país e à humanidade; que o problema do elitismo está no fato de que os alunos são filhos de ricos e não que os formandos vão trabalhar para os ricos. Pretende-se fazer uma reforma que permita a entrada de filhos dos pobres, mas não para que os formados filhos de ricos ou de pobres trabalhem para o povo e o Brasil, além do sucesso pessoal a que têm direito.

A reforma universitária tem de definir o papel da universidade, dando-lhe duas finalidades básicas e uma complementar:

a) O sucesso pessoal

A busca do sucesso pessoal é uma das finalidades da universidade. Até mesmo nos conventos medievais, que antecederam as universidades, os monges buscavam o sucesso

pessoal na “outra vida”. Os universitários buscam o sucesso da “outra vida” nas suas igrejas, na universidade buscam o sucesso pessoal a que têm direito nesta vida.

Uma das provas da necessidade de uma reforma universitária é que a universidade não é mais um instrumento do sucesso pessoal, sobretudo de seus alunos. Não dá o esperado reconhecimento público a seus professores e ex-alunos, nem representa mais um caminho seguro para melhorar a remuneração de seus profissionais e daqueles formados nela.

A reforma universitária tem de servir para construir uma instituição que assegure aos seus membros o sucesso pessoal que eles têm o direito de buscar. A universidade deve ser o caminho para três sucessos pessoais de seus membros:

- a realização de uma vocação profissional,
- a melhoria de sua remuneração, e
- o reconhecimento público.

b) A construção da nação e a transformação social

Em uma democracia, os indivíduos devem ter o direito de se organizar livremente na busca do sucesso pessoal, sem dar satisfações. Mas esse direito não existe para as instituições de caráter público, como as universidades, sobretudo se recebem apoio com recursos que pertencem ao povo, administrados pelos governos. Nesse caso, além do sucesso pessoal de seus membros, a universidade tem a obrigação de desempenhar um papel de agente da construção da nação.

Em um país como o Brasil, incompleto, dividido pela apartação, sem base científica e tecnológica, com uma independência frágil, a reforma universitária tem a obrigação de mudar a universidade para que ela possa servir ao interesse público, como instrumento de:

- completar a independência, a abolição e a república,
- abolir a apartação, superando o quadro de pobreza,
- respeitar o meio ambiente,
- construir a soberania,
- consolidar a democracia,
- disseminar uma mentalidade, solidária, honesta e patriótica,
- promover o desenvolvimento científico e tecnológico, e
- fazer um país educado e culto, a partir da primeira infância.

A reforma universitária precisa ser pautada na busca destes 11 vetores do sucesso pessoal e da transformação social:

VETORES DA REFORMA

SUCESSO PESSOAL

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Vocação profissional
Boa remuneração
Reconhecimento público

Completar independência, abolição, república
Abolir apartação
Respeitar meio ambiente
Construir soberania
Consolidar democracia
Disseminar mentalidade honesta, solidária, patriótica
Promover desenvolvimento científico e tecnológico
Fazer um país educado e culto.

c) O enriquecimento cultural da humanidade

Ao lado das duas finalidades básicas, a reforma da universidade brasileira não pode perder de vista a finalidade complementar de ser instrumento do enriquecimento cultural de toda humanidade.

Quaisquer que sejam as limitações de um país, sua universidade não deve ficar limitada apenas às preocupações nacionais, nem ao imediatismo, seja pelo sucesso pessoal seja pela transformação social. Ela não deve perder de vista seu compromisso e potencial de enriquecer toda a humanidade, graças a seu produto. Este se mede em pessoal formado e em trabalhos elaborados, sobretudo na reflexão sobre o mundo, na ótica de seu *locus*.

Se isso se justifica para qualquer país, em qualquer momento, mesmo os mais pobres, ainda mais para um país como o Brasil em tempos de globalização. A universidade brasileira deve fazer sua reforma com os olhos na possibilidade e no desafio de ser um centro privilegiado para entender e mudar o mundo em todas as áreas do conhecimento, especialmente naquelas em que teremos vantagens comparativas favoráveis em relação ao resto do mundo.

Precisamos de um compromisso com a qualidade, sem o qual não há contribuição à humanidade. Temos de definir nossas vantagens atuais e aquelas nas quais queremos investir e procurar uma forma universitária que promova a capacidade institucional para criar o ineditismo na produção intelectual como forma de elevar o patrimônio cultural de toda a humanidade.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 2005

Senador CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

.....

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

.....

Constituição Federal
CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
Seção I
DA EDUCAÇÃO

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

.....

Código Civil
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

.....

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 3º-A. Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a vinte e quatro anos integrante de família com renda mensal **per capita** de até meio salário mínimo.

§ 1º O auxílio financeiro a que se refere o **caput** terá valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e será custeado com recursos da União por um período máximo de seis meses, sendo destinado preferencialmente:

I - aos jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas; e

II - a grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego.

§ 2º O auxílio financeiro poderá ser pago por órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos previamente cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos da União, mediante convênio, ou com recursos próprios

§ 3º É vedada a concessão do auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, na qual trabalhe qualquer parente, ainda que por afinidade, até o 2º (segundo) grau.

§ 4º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998: 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

LEI Nº 9.192, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977, e pela Lei nº 7.177, de 19 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte:

I - o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplex organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal;

II - os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição;

III - em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias;

IV - os Diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo Reitor, observados os mesmos procedimentos dos incisos anteriores;

V - o Diretor e o Vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior mantido pela União, qualquer que seja sua natureza jurídica, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos em lista tríplex preparada pelo respectivo colegiado máximo, observado o disposto nos incisos I, II e III;

VI - nos casos em que a instituição ou a unidade não contar com docentes, nos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, em número suficiente para comporem as listas tríplex, estas serão completadas com docentes de outras unidades ou instituição;

VII - os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos;

VIII - nos demais casos, o dirigente será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino.

Parágrafo único. No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, observado nos demais casos o que dispuserem os respectivos estatutos ou regimentos, aprovados na forma da legislação vigente, ou conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino."

.....

DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nos 4.024, de 20 de dezembro de 1961, 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 1º As instituições de ensino superior classificam-se em:

- I - públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; e
- II - privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por cursos superiores os referidos nos incisos I e II do art. 44 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAPÍTULO II

DAS ENTIDADES MANTENEDORAS

Art. 3º As pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito de natureza civil ou comercial, e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. O estatuto ou contrato social da entidade mantenedora, bem assim suas alterações, serão devidamente registrados pelos órgãos competentes e remetidos ao Ministério da Educação.

Art. 4º A transferência de cursos e instituições de ensino superior de uma para outra entidade mantenedora deverá ser previamente aprovada pelo Ministério da Educação.

Art. 5º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior sem finalidade lucrativa publicarão, para cada ano civil, suas demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes e com parecer do respectivo conselho fiscal, sendo ainda obrigadas a:

- I - manter, em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão, escrituração completa e regular de todos os dados fiscais na forma da legislação pertinente, bem assim de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- II - conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

§ 1º As entidades de que trata o **caput** deverão, ainda, quando determinado pelo Ministério da Educação:

- I - submeter-se a auditoria; e
- II - comprovar:

a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida; e

b) a não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes.

§ 2º Em caso de encerramento de suas atividades, as instituições de que trata o **caput** deverão destinar seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente.

Art. 6º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 7º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em:

I - universidades;

II - Centros Federais de Educação Tecnológica e centros universitários; e

III - faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos e escolas superiores.

Parágrafo único. São estabelecimentos isolados de ensino superior as instituições mencionadas no inciso III deste artigo.

Art. 8º As universidades caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo ao que dispõem os arts. 52, 53 e 54 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 1º As atividades de ensino previstas no **caput** deverão contemplar, nos termos do art. 44 da Lei 9.394, de 1996, programas de mestrado ou de doutorado em funcionamento regular e avaliados positivamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

§ 2º A criação de universidades especializadas, admitidas na forma do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, dar-se-á mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa, tanto em áreas básicas como nas aplicadas, observado o disposto neste artigo.

§ 3º As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

Art. 9º Para os fins do inciso III do art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, entende-se por regime de trabalho docente em tempo integral aquele que obriga a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais destinado a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

Art. 10. As universidades, mediante prévia autorização do Poder Executivo, poderão criar cursos superiores em municípios diversos de sua sede, definida nos atos legais de seu credenciamento, desde que situados na mesma unidade da federação.

§ 1º Para os fins do disposto no art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, os cursos criados na forma deste artigo, organizados ou não em novo **campus**, integrarão o conjunto da universidade.

§ 2º A autonomia prevista no inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 1996, não se estende aos cursos e **campus** fora de sede das universidades.

§ 3º Os **campi** fora de sede já criados e em funcionamento na data de publicação deste Decreto preservarão suas atuais prerrogativas de autonomia, sendo submetidos a processo de credenciamento em conjunto com a sede da universidade.

Art. 11-A. Os Centros Federais de Educação Tecnológica são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

§ 1º Fica estendida aos Centros Federais de Educação Tecnológica autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior voltados à área tecnológica, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes nessa área.

§ 2º Os Centros Federais de Educação Tecnológica poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, além da que se refere o § 1º, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do § 2º do art. 54 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 3º A autonomia de que trata o § 2º deverá observar os limites definidos no plano de desenvolvimento institucional, aprovado quando do seu credenciamento e credenciamento.

§ 4º Os Centros Federais de Educação Tecnológica, mediante prévia autorização do Poder Executivo, poderão criar cursos superiores em municípios diversos do de sua sede, indicada nos atos legais de seu credenciamento, desde que situados na mesma unidade da federação.

§ 5º O credenciamento de Centros Federais de Educação Tecnológica ocorrerá somente a partir da transformação de Escolas Técnicas ou Agrotécnicas Federais em funcionamento regular, com qualidade comprovada, conforme critérios específicos a serem fixados pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado.

Art. 13. A criação de cursos superiores em instituições credenciadas como faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores depende de prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 14. Os institutos superiores de educação criados na forma do Decreto no 3.276, de 6 de dezembro de 1999, deverão definir planos de desenvolvimento institucional.

Parágrafo único. Os institutos de que trata o **caput**, poderão ser organizados como unidades acadêmicas de instituições de ensino superior já credenciadas, devendo neste caso definir planos de desenvolvimento acadêmico.

Art. 15. Anualmente, antes de cada período letivo, as instituições de ensino superior tornarão públicos seus critérios de seleção de alunos nos termos do art. 44, inciso II, da Lei nº 9.394, de 1996, e de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Educação.

§1º Na ocasião do anúncio previsto no **caput** deste artigo, as instituições de ensino superior também tornarão públicas:

- I - a relação nominal dos docentes e sua qualificação, em efetivo exercício;
- II - a descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos, tais como laboratórios, computadores, acesso às redes de informação e acervo das bibliotecas;
- III - o elenco dos cursos reconhecidos e dos cursos em processo de reconhecimento;
- IV - os resultados das avaliações do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta dos cursos superiores, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP; e
- V - o valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis ao período letivo a que se refere o processo seletivo.

§ 2º O não-cumprimento do disposto no parágrafo anterior, bem assim a publicação de informação inverídica, constituem deficiências para os fins do § 1º do art. 46 da Lei no 9.394, de 1996.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO

Art. 16. Para fins de cumprimento dos arts. 9º e 46 da Lei no 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a avaliação de cursos, programas e instituições de ensino superior.

§ 1º Para assegurar processo nacional de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, o Ministério da Educação manterá cooperação com os sistemas estaduais de educação.

§ 2º Para assegurar o disposto no § 3º do art. 80 da Lei no 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a cooperação e integração prevista com os sistemas de ensino estaduais.

Art. 17. A avaliação de cursos e instituições de ensino superior será organizada e executada pelo INEP, compreendendo as seguintes ações:

I - avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II - avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando, pelo menos, os seguintes itens:

- a) grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;
- b) plano de desenvolvimento institucional;
- c) independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;
- d) capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;
- e) estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação;
- f) critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;
- g) programas e ações de integração social;
- h) produção científica, tecnológica e cultural;
- i) condições de trabalho e qualificação docente;
- j) a auto-avaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas; e
- l) os resultados de avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação; e

III - avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores.

§ 1º A análise das condições de oferta de cursos superiores referida no inciso III será efetuada nos locais de seu funcionamento, por comissões de especialistas devidamente designadas, e considerará:

- I - organização didático-pedagógica;
- II - corpo docente, considerando principalmente a titulação, a experiência profissional, a estrutura da carreira, a jornada de trabalho e as condições de trabalho;
- III - adequação das instalações físicas gerais e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso; e

IV - bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.

§ 2º As avaliações realizadas pelo INEP subsidiarão os processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Art. 18. A avaliação de programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento, será realizada pela CAPES, de acordo com critérios e metodologias próprios.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Art. 19. A autorização para funcionamento e o reconhecimento de cursos superiores, bem assim o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior organizadas sob quaisquer das formas previstas neste Decreto, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Art. 20. Os pedidos de credenciamento e de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados pelas respectivas entidades mantenedoras, atendendo aos seguintes requisitos de habilitação:

I - cópia dos atos, registrados no órgão oficial competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica de atuação, na forma da legislação pertinente;

II - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

V - demonstração de patrimônio para manter instituição ou instituições de educação;

VI - identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada um;

VII - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se for o caso; e

VIII - estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição de ensino sem prerrogativas de autonomia.

Parágrafo único. O Ministério da Educação definirá, em ato próprio, os requisitos de habilitação aplicáveis às instituições federais de ensino superior nos processos de que trata o **caput**.

Art. 21. As universidades, na forma disposta neste Decreto, somente serão criadas por novo credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem bom desempenho nas avaliações realizadas pelo INEP, ou, no caso de instituições federais, por lei específica.

Parágrafo único. O credenciamento e o credenciamento das universidades, bem assim a aprovação dos respectivos estatutos e suas alterações, serão efetivados mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 22. O processo de credenciamento de universidades autorizadas ou credenciadas antes da vigência da Lei nº 9.394, de 1996, deverá ocorrer sem prejuízo do estabelecido no § 2º do art. 98 da mesma Lei.

Art. 23. Os centros universitários, na forma disposta neste Decreto, somente serão criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem, na maioria de seus cursos de graduação, bom desempenho na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP.

Parágrafo único. O credenciamento e credenciamento dos centros universitários, bem assim a aprovação dos respectivos estatutos e suas alterações, serão efetivados mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 24. O credenciamento das faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos superiores e escolas superiores dar-se-á mediante ato do Poder Executivo.

Art. 25. O credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior, cumpridas todas as exigências legais, ficam condicionados a formalização de termo de compromisso entre a entidade mantenedora e o Ministério da Educação.

Parágrafo único. Integrarão o termo de compromisso de que trata o **caput**, os seguintes documentos:

I - plano de implantação e desenvolvimento de seus cursos superiores, de forma a assegurar o atendimento aos critérios e padrões de qualidade para o corpo docente, infraestrutura geral e específica e organização didático-pedagógica, bem como a descrição dos projetos pedagógicos a serem implantados até sua plena integralização, considerando as diretrizes nacionais de currículo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro de Estado da Educação;

II - critérios e procedimentos editados pelo Ministério da Educação, reguladores da organização, supervisão e avaliação do ensino superior;

III - descrição e cronograma do processo de expansão da instituição a ser credenciada, em relação ao aumento de vagas, abertura de cursos superiores, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, abertura de cursos fora de sede;

IV - valor dos encargos financeiros assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis durante o desenvolvimento dos cursos;

V - projeto de qualificação da instituição, contendo, pelo menos, a descrição dos procedimentos de auto-avaliação institucional, bem como os de atendimento aos alunos, incluindo orientação administrativa, pedagógica e profissional, acesso aos laboratórios e bibliotecas e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos; e

VI - minuta de contrato de prestação de serviços educacionais a ser firmado entre a instituição e seus alunos, visando garantir o atendimento dos padrões de qualidade definidos pelo Ministério da Educação e a regularidade da oferta de ensino superior de qualidade.

Art. 26. A autorização prévia para o funcionamento de cursos superiores em instituições de ensino superior mencionadas no inciso III do art. 7º deste Decreto será formalizada mediante ato do Poder Executivo.

§ 1º O ato de que trata o **caput** fixará o número de vagas, o município e o endereço das instalações para o funcionamento dos cursos autorizados.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo aplica-se, igualmente, aos cursos referidos no art. 10.

Art. 27. A criação de cursos de graduação em medicina, em odontologia e em psicologia, por universidades e demais instituições de ensino superior, deverá ser submetida à manifestação do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º O Conselho Nacional de Saúde deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data do recebimento do processo remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 2º A criação dos cursos de que trata o **caput** dependerá de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 28. A criação e o reconhecimento de cursos jurídicos em instituições de ensino superior, inclusive em universidades e centros universitários, deverão ser submetidos à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data do recebimento do processo, remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 2º A criação dos cursos de que trata o **caput** dependerá de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 29. Os atos de autorização prévia de funcionamento de cursos de medicina, psicologia, odontologia e direito ofertados por universidade, em sua sede, não se estendem a cursos oferecidos fora de sua sede.

Art. 30. Os cursos superiores autorizados deverão iniciar suas atividades acadêmicas no prazo máximo de até doze meses, contados da data de publicação do ato legal de sua autorização, findo o qual este será automaticamente revogado.

Art. 31. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados mediante ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de direito, medicina, odontologia e psicologia dependem de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 32. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores ofertados por universidades, em sua sede, nos termos do artigo anterior, serão formalizados mediante atos do Poder Executivo, que fixarão o município e os endereços de funcionamento de suas instalações.

Parágrafo único. Os atos referidos no **caput** não se estenderão a cursos oferecidos fora da sede da universidade.

Art. 33. A autorização prévia de funcionamento de cursos fora de sede, ofertados por universidades, em conformidade com o disposto no art. 10 deste Decreto, será formalizada mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo Ministro de Estado da Educação, que fixará o município e o endereço de seu funcionamento.

Art. 34. O Ministério da Educação, após a aprovação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabelecerá os critérios e procedimentos para:

I - o credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior referidas no inciso III do art. 7º;

II - a autorização prévia de funcionamento de cursos superiores em instituições não universitárias;

III - o reconhecimento de cursos superiores, ressalvados os que dependem de deliberação individual da Câmara referida no **caput**; e

IV - a elaboração de regimentos por parte de instituições de ensino superior não universitária.

§ 1º Os critérios e procedimentos referidos no **caput** deverão levar em consideração, obrigatoriamente, os resultados da avaliação do Exame Nacional de Cursos e das demais avaliações realizadas pelo INEP.

§ 2º Compete ao Departamento de Políticas do Ensino Superior, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, considerando os resultados das avaliações realizadas pelo INEP:

I - a preparação dos atos necessários à execução dos procedimentos estabelecidos na forma do **caput**;

II - a instrução dos processos de deliberação obrigatória pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação; e

III - a expedição de notificação ao interessado na hipótese de indeferimento do pleito.

§ 3º Recebida a notificação de que trata o inciso III do § 2º, o interessado poderá apresentar recurso ao Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, observado o prazo de trinta dias contados da expedição da notificação.

§ 4º Na apreciação do recurso de que trata o parágrafo anterior, o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação poderá solicitar a manifestação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação sobre a matéria.

§ 5º No caso de decisão final desfavorável nos processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização prévia de funcionamento de cursos superiores, inclusive os fora de sede em universidades, os interessados só poderão apresentar nova solicitação relativa ao mesmo curso ou instituição após decorrido o prazo de dois anos, a contar da publicação do ato.

Art. 35. Identificadas deficiências ou irregularidades mediante ações de supervisão ou de avaliação e reavaliação de cursos ou instituições de ensino superior, nos termos do art. 46 da Lei 9.394, de 1996, ou o descumprimento do disposto no termo de compromisso mencionado no art. 25 deste Decreto, o Poder Executivo determinará, em ato próprio, conforme o caso:

I - a suspensão do reconhecimento de cursos superiores;

II - a desativação de cursos superiores;

III - a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários;

IV - a intervenção na instituição de ensino superior; e

V - o descredenciamento de instituições de ensino superior.

§ 1º O baixo desempenho em mais de uma avaliação no Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP poderá caracterizar as deficiências de que trata o **caput**.

§ 2º O ato de intervenção referido no **caput** especificará sua amplitude, prazo e condições de execução, e será acompanhado de designação de dirigente **pro tempore**.

Art. 36. O Ministério da Educação, ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabelecerá os procedimentos para:

I - suspensão do reconhecimento de cursos superiores;

II - a desativação de cursos superiores;

III - a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários, observado o disposto no **caput** do art. 35;

IV - a intervenção em instituição de ensino superior; e

V - o credenciamento de instituições de ensino superior .

§ 1º Os cursos de graduação que tenham obtido, reiteradamente, desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas INEP terão seu reconhecimento suspenso mediante ato do Poder Executivo.

§ 2º As instituições de ensino superior de que trata o **caput** terão prazo de um ano para solicitar novo reconhecimento, sendo vedada a abertura de processo seletivo de ingresso de novos alunos até que o curso obtenha novo reconhecimento.

§ 3º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior sem que a instituição tenha solicitado novo reconhecimento, ou caso o processo de novo reconhecimento identifique a manutenção das deficiências e irregularidades constatadas, o curso será desativado.

§ 4º As instituições de ensino superior credenciadas como centros universitários, Centros Federais de Educação Tecnológica e universidades e que possuam desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP terão suspensas as prerrogativas de autonomia, mediante ato do Poder Executivo.

§ 5º As instituições de que trata o § 4º serão submetidas, nos termos do art. 34, a imediato processo de credenciamento.

Art. 37. No caso de desativação de cursos superiores e de credenciamento de instituições, caberá à entidade mantenedora resguardar os direitos dos alunos, dos docentes e do pessoal técnico administrativo.

Parágrafo único. São assegurados aos alunos de cursos desativados ou com o reconhecimento suspenso:

I - a convalidação de estudos até o final do período em que estiverem matriculados para efeito de transferência; e

II - o registro do diploma no caso daqueles que tenham concluído o curso ou estejam matriculados no último período letivo, desde que comprovado o aproveitamento escolar

Art. 38. Será sustada a tramitação de solicitações de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, quando a proponente estiver submetida a processo de averiguação de deficiências ou irregularidades.

Art. 39. Os processos que, na data de publicação deste Decreto, estiverem protocolizados no Conselho Nacional de Educação serão deliberados pela sua Câmara de Educação Superior e submetidos à homologação do Ministro de Estado da Educação.

Art. 40. Fica delegada ao Ministro de Estado da Educação competência para a prática dos atos referidos no § 1º do art. 8º, nos arts. 10, 13, 21, 23, 24, 26, 31, 32, 33, 35 e 36 deste Decreto.

Art. 41. Ficam revogados os Decretos nos 2.026, de 10 de outubro de 1996, e 2.306, de 19 de agosto de 1997.

Art. 42. Este Decreto entra em vigor em 12 de julho de 2001.

Brasília, 9 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no Diário do Senado Federal, 04/11/2005